

CONTAS NACIONAIS

número 45

ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS E  
CONTA INTERMEDIÁRIA DE GOVERNO

BRASIL

2 0 1 0 - 2 0 1 3

Presidenta da República  
**Dilma Rousseff**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Nelson Barbosa**

Ministro da Fazenda  
**Joaquim Vieira Ferreira Levy**

Secretário-Executivo  
**Tarcísio José Massote de Godoy**

**INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA - IBGE**

**SECRETARIA  
DO TESOURO  
NACIONAL - STN**

Presidenta  
**Wasmália Bivar**

Secretário do Tesouro Nacional  
**Marcelo Barbosa Sainrive**

Diretor-Executivo  
**Fernando J. Abrantes**

Subsecretários  
**Gildenora Batista Dantas Milhomem**  
**Líscio Fábio de Brasil Camargo**  
**Marcus Pereira Aucélio**  
**Otávio Ladeira de Medeiros**  
**Paulo Fontoura Valle**  
**Pricilla Maria Santana**

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas  
**Roberto Luís Olinto Ramos**

Diretoria de Geociências  
**Wadih João Scandar Neto**

Diretoria de Informática  
**Paulo César Moraes Simões**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Maysa Sacramento de Magalhães**

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais  
**Rebeca de La Rocque Palis**

Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais  
**Otávio Ladeira de Medeiros**

Coordenadora-Geral de Estudos Econômico-Fiscais  
**Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos**

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais  
**Alex Pereira Benício**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais  
número 45

# **Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo**

## **Brasil**

2010-2013

Rio de Janeiro  
2015

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

**ISSN 1415-9813 Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às Tabelas de Recursos e Usos; Contas Econômicas Integradas; Contas Regionais do Brasil; Produto Interno Bruto dos Municípios; Matriz de Insumo-Produto; e Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo.

ISBN 978-85-240-4357-4 (meio impresso)

© IBGE. 2015

**Elaboração do arquivo PDF**

Roberto Cavararo

**Produção de multimídia**

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

**Capa**

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

**Ilustração**

Aline Carneiro Damacena - Gerência de Editoração/  
Centro de Documentação e Disseminação de  
Informações - CDDI

---

Estatísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo :  
Brasil : 2010-2013 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. - Rio de Janeiro, 2015.  
57p. - (Contas nacionais, ISSN 1415-9813 ; n. 45)  
Acompanha um CD-ROM, em bolso.  
Inclui bibliografia e glossário.  
ISBN 978-85-240-4357-4

1. Contas nacionais - Brasil - Estatística. 2. Finanças públicas - Brasil - Estatística. 3. Contabilidade pública - Brasil. 4. Sistema estatístico. 5. Relações intersetoriais. I. IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. II. Série.

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**

CDU 330.53(81)

RJ/IBGE/2015-17

ECO

---

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

---

# Sumário

## **Apresentação**

## **Introdução**

## **Notas técnicas**

Comparativo entre Contas Nacionais e Estatísticas de Finanças Públicas

Abrangência

Arcabouço analítico

Estrutura de contas

Diferenças entre a Conta Intermediária de Governo e as Contas Econômicas Integradas - CEI

Abrangência

Atividades econômicas

Imputações e compatibilizações das Contas Econômicas Integradas - CEI

Fontes de informação

Metodologia adotada

Base de registro

Consolidação

Próximos avanços

## **Análise dos resultados**

**Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas  
2010 a 2013**

**Conta Intermediária de Governo  
2010-2013**

## **Referências**

## Anexos

1 - Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)

2 - Correspondência entre as categorias de despesa do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)

3 - Comparativo entre Resultado do Tesouro Nacional e Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas

## Glossário

### Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

---

## Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta a primeira edição da publicação de *Estatísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo*. São apresentados os resultados para os anos de 2010 a 2013 para o setor institucional governo geral, composto pelo governo central, estados e municípios.

Esta publicação, fruto dos esforços conjuntos do IBGE e da Secretaria do Tesouro Nacional, foi elaborada com o objetivo de fortalecer e aprimorar a metodologia de apuração de estatísticas de governo.

O trabalho teve o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre a Secretaria do Tesouro Nacional e o IBGE para fins de aprimoramento da conta intermediária do setor governo. Isso se deu, especialmente, por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e à definição de parâmetros para a produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, sejam registros administrativos, pesquisas por amostragem ou censos, visando a compatibilização conceitual das mesmas e a racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados.

**Roberto Luís Olinto Ramos**  
Diretor de Pesquisas

---

## Introdução

Esta publicação, elaborada pela Coordenação de Contas Nacionais do IBGE e pela Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta dados sobre finanças públicas dos três níveis de governo para o período de 2010 a 2013.

O objetivo principal é fornecer uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas de acordo com o *Government finance statistics manual 2014 - GFSM 2014*, publicado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF) e a Conta Intermediária de Governo, que segue as recomendações do manual *System of national accounts 2008 - SNA 2008*, destacando as similaridades e diferenças entre os dois sistemas estatísticos, e as maneiras de conciliar os dados em casos em que existem diferenças na apresentação. O texto não pretende ter precedência sobre as orientações metodológicas fornecidas no GFSM 2014 e no SNA 2008.

Destaca-se a importância de que os compiladores e os usuários das estatísticas de finanças públicas entendam como os sistemas estatísticos macroeconômicos se relacionam. Este entendimento promove consistência entre os respectivos conjuntos de dados e dá apoio a análises macroeconômicas completas.

Os arranjos institucionais para a elaboração e produção de estatísticas macroeconômicas diferem de país para país. Instituições como os Ministérios da Fazenda, Institutos Nacionais de Estatística, Bancos Centrais e outros órgãos de governo podem estar envolvidas na compilação de estatísticas macroeconômicas. Os Ministérios da Fazenda estão frequentemente envolvidos na compilação dos dados orçamentários de registros contábeis e administrativos para monitorar a implementação do orçamento do governo. Institutos

Nacionais de Estatísticas são muitas vezes responsáveis pela elaboração, produção e divulgação de estatísticas macroeconômicas em consonância com os princípios do SNA. Bancos Centrais estão primariamente envolvidos na compilação de dados monetários e financeiros que lhes permitam monitorar as condições financeiras e a implementação das políticas monetárias. Todos estes dados devem basear-se em orientação metodológica consistente e, onde vários órgãos estiverem envolvidos na compilação de dados macroeconômicos, é essencial que estas instituições coordenem os esforços para assegurar a coerência dos dados apresentados.

A clara compreensão dos vínculos entre os sistemas ajudará os países na produção de estatísticas comparáveis e consistentes, necessárias para análise econômica e decisões políticas. Na prática, a harmonização permite que os compiladores compartilhem os dados, quando apropriado, e também promove desenvolvimentos coerentes nos sistemas de fonte de dados.

---

# Notas técnicas

## Comparativo entre Contas Nacionais e Estatísticas de Finanças Públicas

Os princípios e orientações para a elaboração de estatísticas macroeconômicas são definidos por padrões metodológicos internacionais, disponibilizados em manuais elaborados por organismos internacionais dedicados a este propósito. Suas diretrizes permitem harmonizar conceitos, assegurar a consistência entre as estatísticas, bem como permitir a comparabilidade entre países.

No *Government finance statistics manual 2014* - GFSM 2014 e no *System of national accounts 2008* - SNA 2008, os princípios e conceitos são definidos de forma consistente. A delimitação entre entidades residentes e não residentes, a setorização da economia doméstica e as definições e classificações dos instrumentos financeiros são as mesmas. As regras contábeis utilizadas são as mesmas em relação ao registro e à avaliação. Enquanto o regime de competência é utilizado de forma consistente em todos os sistemas para registro de fluxos e estoques, o GFSM 2014 também inclui a compilação de um Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa. Com poucas exceções, descritas nesta seção, os fluxos e os estoques nos dois sistemas são definidos e quantificados da mesma forma.

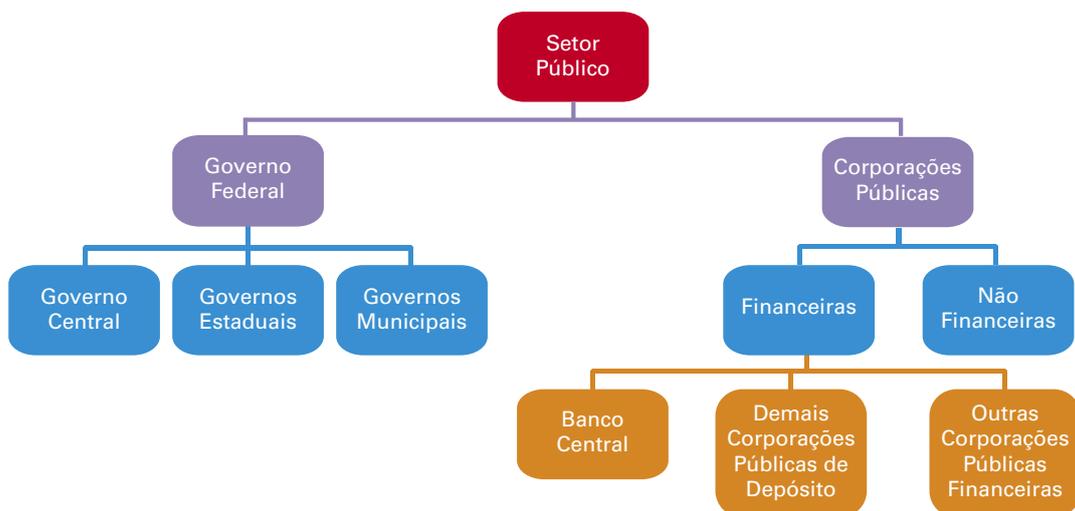
Por razões analíticas, a estrutura e a apresentação das estatísticas no GFSM 2014 e o tratamento de algumas atividades diferem do tratamento dos dados do setor de governo geral no SNA 2008 e em outros conjuntos de dados. Enquanto todos os conjuntos de dados têm saldos contábeis, as regras de agregação e consolidação não são exatamente as mesmas.

O foco do GFSM 2014 é medir o impacto dos eventos econômicos sobre as finanças do governo, bem como o impacto das atividades do governo sobre a economia por meio da tributação, gastos e empréstimos. O SNA 2008 concentra-se nas relações entre os cinco setores institucionais (governo geral, empresas financeiras, empresas não financeiras, famílias, e instituições sem fins de lucro a serviço das famílias) da economia e o resto do mundo, e nos processos econômicos de produção, geração e distribuição de renda, consumo de bens e serviços, e de acumulação. As diferenças de enfoque exigem que o registro das atividades do governo no GFSM 2014 ocasionalmente difira do registro dessas atividades nos outros sistemas estatísticos macroeconômicos. No entanto, essas diferenças são a exceção ao princípio geral, pois a aplicação consistente dos padrões conceituais é um princípio adotado por todos esses sistemas estatísticos. Onde há diferenças na apresentação, deve ser rotineiramente efetuada a reconciliação das diferenças para garantir a consistência dos dados macroeconômicos.

## Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades. No GFSM 2014 os setores estão estruturados em governo geral e corporações públicas, consolidando o setor público conforme organograma abaixo. A Conta Intermediária de Governo e as Estatísticas de Finanças Públicas adotam a mesma abrangência nesta publicação.

Figura 1 - Composição do setor público



## Governo central

O governo central, para fins de compilação das estatísticas brasileiras, é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal<sup>1</sup> e da Seguridade Social<sup>2</sup>, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. As organizações sociais e os conselhos profissionais não foram considerados nesta publicação ainda que conceitualmente estejam sob a abrangência do governo central. Destaca-se que as informações contábeis dessas instituições não estão disponíveis nos sistemas de informações e coleta de dados do governo e não estão sujeitas à prestação de contas nos termos da legislação de finanças públicas. Portanto a inclusão destas unidades será considerada nas próximas edições.

## Governos subnacionais (Estados e Municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também serão agregados aos respectivos entes.

## Arcabouço analítico

A Conta Intermediária de Governo e as Estatísticas de Finanças Públicas podem ser descritas como o registro e apresentação sistemáticos de fluxos e estoques, sendo que os fluxos compreendem transações e outros fluxos econômicos. Enquanto os registros de fluxos e estoques são geralmente os mesmos nos dois sistemas, as contas em que são registrados diferem por causa dos objetivos específicos de cada um. Em geral, ambos têm o mesmo interesse nas atividades do governo geral e do setor público, embora o arranjo dos dados e os fluxos registrados sejam diferentes em alguns casos. Estas diferenças podem ser resumidas da seguinte forma:

- A estrutura do GFSM registra primariamente as operações do governo ou do setor público de acordo com a receita, a despesa e transações com ativos financeiros e não financeiros e passivos. Essas transações e outros fluxos econômicos são integrados com os balanços. O SNA registra as transações do governo de acordo com o envolvimento delas na medição da produção, geração, distribuição e uso da renda, do capital e das transações financeiras. Essas transações e outros fluxos econômicos também são integrados com balanços;
- O SNA concilia as contas correntes, contas de acumulação, e as posições de balanço em todos os setores institucionais, enquanto o GFSM realiza tais conciliações somente para o governo geral e setor público;
- Os dois sistemas diferem em práticas de registro. O GFSM é baseado no método das partidas dobradas, similar à contabilidade empresarial, enquanto que SNA é baseado no método das partidas quádruplas, pois a maioria das transações envolve duas unidades institucionais. Cada unidade institucional envolvida

<sup>1</sup> Integra a Lei Orçamentária Anual e refere-se ao orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

<sup>2</sup> Integra a Lei Orçamentária Anual, e abrange todas as entidades, fundos e fundações de administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo poder público, vinculados à Seguridade Social.

em uma transação deve registrar as transações de acordo com o método das partidas dobradas para as contas estarem em equilíbrio;

- O foco do SNA é em vários tipos de processos econômicos. Por isso, onde o registro de uma única transação é suficiente no GFSM, múltiplas entradas podem ser necessárias no SNA para refletir corretamente todos os processos econômicos relevantes.

## Estrutura de contas

O marco analítico do GFSM consiste em quatro demonstrativos. O Demonstrativo de Operações é uma apresentação de todas as transações registradas no GFSM. Outros fluxos econômicos são apresentados no Demonstrativo de Outros Fluxos Econômicos, e as variáveis de estoque são apresentadas no Balanço Patrimonial. Por fim, o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa fornece informações sobre a liquidez.

No SNA, as transações são apresentadas em uma sequência de sete contas, outros fluxos econômicos são apresentados em duas contas, e as variáveis de estoque são apresentadas no Balanço Patrimonial. Não há no SNA um demonstrativo equivalente ao Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa do GFSM.

Cada fluxo no SNA diz respeito a um tipo particular de processo econômico ou atividade, como a produção, ou a geração, distribuição, redistribuição ou uso da renda, e acumulação. Cada uma das contas correntes mostra os recursos disponíveis para as unidades institucionais e os usos desses recursos. Estas contas são equilibradas através da introdução de um saldo contábil definido residualmente como a diferença entre os recursos totais registados em um dos lados da conta e o total de usos registados no outro lado. O saldo de uma conta é transportado como o primeiro item da conta seguinte, no lado oposto, o que torna o conjunto de contas um todo articulado.

No SNA, a sequência das contas de transações é dividida entre o grupo de contas correntes e o grupo de contas de acumulação. As contas correntes registram a produção de bens e serviços, bem como a geração, distribuição, redistribuição e utilização da renda. As contas de acumulação registram as transferências de capital, a aquisição e alienação de ativos e passivos, e outros fluxos econômicos relacionados a ativos e passivos. Apesar do grande número de contas no SNA, há ampla correspondência entre as estruturas dos conjuntos de dados do GFSM e do SNA.

O Demonstrativo de Operações do GFSM pode ser dividido em três seções, a saber:

1. Transações que afetam o patrimônio líquido;
2. Transações com ativos não financeiros; e
3. Transações com ativos e passivos financeiros.

As transações que afetam o patrimônio líquido (receitas e despesas) são mostradas no GFSM como transações nas contas correntes do SNA com uma exceção: transferências de capital são apresentadas na conta de capital do SNA, uma das contas de acumulação. Todas as transações com ativos não financeiros apresentadas na segunda seção do Demonstrativo de Operações do GFSM são evidenciadas na conta de capital do SNA, enquanto que as transações com ativos financeiros e passivos do GFSM correspondem às transações encontradas na conta financeira do SNA.

As contas do Sistema de Contas Nacionais brasileiro seguem a estrutura que compõem as Contas Econômicas Integradas - CEI, embora seja vista nesta publicação exclusivamente sob a ótica do setor institucional Governo Geral. A sequência de contas é a seguinte:

1. Conta de produção: conta que identifica o valor da produção e o consumo intermediário, tendo como saldo o valor adicionado bruto;

2. Conta de geração da renda: identifica os componentes do valor adicionado, tendo como saldo o Excedente Operacional Bruto;

3. Conta de alocação da renda ou distribuição primária da renda: conta que parte do excedente operacional e acrescenta as rendas de propriedade pagas e recebidas, de forma a obter o saldo das rendas primárias ou renda nacional bruta quando se trata da economia como um todo;

4. Conta de distribuição secundária da renda: conta que acrescenta as operações de redistribuição de renda, que tem como saldo a renda disponível bruta;

5. Conta de uso da renda: conta que coloca em contraste a renda disponível bruta e a despesa de consumo final, tendo como saldo a poupança bruta;

6. Conta de capital: primeira das contas de acumulação, coloca a poupança bruta em contraste com a aquisição de ativos fixos ou ativos não financeiros não produzidos. Seu saldo é a capacidade ou necessidade de financiamento do setor.

Destaca-se que nesta publicação serão apresentadas somente as transações que afetam o patrimônio líquido e transações com ativos não financeiros. As transações com ativos e passivos financeiros serão incorporadas nas próximas edições.

## **Diferenças entre a Conta Intermediária de Governo e as Contas Econômicas Integradas - CEI**

A Conta Intermediária de Governo apresenta como característica central uma leitura de uma base de dados única composta pelas informações da Secretaria do Tesouro Nacional, não considerando outras fontes de informação utilizadas na composição da conta do governo geral no âmbito das Contas Econômicas Integradas - CEI. Estas informações estão organizadas de forma a espelharem os conceitos das contas nacionais, porém preservando a lógica contábil das fontes primárias de informação.

A Conta Intermediária de Governo constitui, assim, um passo inicial para elaboração da conta central, à qual são agregadas outras fontes de informação e colocadas em contraste com as informações dos demais setores institucionais que compõem o Sistema de Contas Nacionais<sup>3</sup>. Neste sentido é importante destacar as diferenças entre a abordagem intermediária e a conta do setor publicada nas CEI.

<sup>3</sup> Sobre os setores institucionais da série de referência 2010 do Sistema de Contas Nacionais, consultar a publicação: SISTEMA de contas nacionais: Brasil, referência 2010. Nota metodológica n. 4: setores institucionais (versão para informação e comentários): versão 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default\\_SCN\\_2010.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default_SCN_2010.shtml)>. Acesso em: set. 2015.

## Abrangência

Nesta publicação, a Conta Intermediária de Governo considera exatamente o mesmo âmbito institucional observado nas Estatísticas de Finanças Públicas. Nas CEI são considerados também como parte do setor Governo Geral entidades paraestatais que têm como principal fonte de receita contribuições com caráter obrigatório. São elas:

Sistema S – instituições produtoras de serviços sociais que têm como principal fonte de receita contribuições compulsórias com ônus ao setor produtivo nacional;

Conselhos profissionais – instituições de apoio à regulação das atividades profissionais que têm como principal fonte de recursos contribuições compulsórias de seus filiados;

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana. Sua principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o

Fundo Remanescente do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP<sup>4</sup>.

## Atividades econômicas

Outra diferença importante da conta central para a conta intermediária diz respeito a sua integração com a Tabela de Recursos e Usos, que apresenta os dados sob a ótica das atividades econômicas. Para composição das atividades econômicas de Educação Pública e Saúde Pública, o Sistema de Contas Nacionais utiliza outras fontes de dados como o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, do Ministério da Saúde e pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE, do Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

O tratamento de atividades econômicas exige o detalhamento das contas para a identificação de estruturas de consumo intermediário e de outras operações no ano base. Para o governo federal, utilizaram-se as informações do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e do ComprasNet, o portal de compras do governo federal, na Internet, no endereço <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>>. Para os governos estaduais e municipais foram usadas as informações disponíveis nos balanços gerais divulgados e nos portais da transparência de estados e municípios, além das informações da pesquisa Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas, realizada pela Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE, que manteve sua coleta até o exercício de 2011.

A utilização destas fontes implica em impactos diversos nos agregados das contas. Por exemplo, o gasto com medicamentos utilizados ou distribuídos diretamente às famílias, identificado a partir de informações do Ministério da Saúde, é classificado na conta central como Consumo Final Mercantil do governo. Na Conta Intermediária de Governo, parte deste gasto está incluída na rubrica de material de consumo, que é classificado como Consumo Intermediário. Outras desagregações de contas que são classificadas diretamente a partir das bases de outras fontes de informação nas CEI fazem com que haja realocações de recursos e usos em relação à Conta Intermediária de Governo.

<sup>4</sup> As fontes complementares para apuração das CEI são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS, dos Conselhos Profissionais, das instituições que compõem o Sistema S, as informações da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e da Estatística do Cadastro Central de Empresas - CENPRE, do IBGE.

## Imputações e compatibilizações das Contas Econômicas Integradas - CEI

O Sistema de Contas Nacionais considera ainda na composição do setor institucional governo geral das CEI um conjunto de imputações que dependem de outras fontes de informação para sua compilação. Em particular, dois conjuntos de informações que são imputadas no Sistema de Contas Nacionais geram impactos que o diferenciam da Conta Intermediária de Governo:

**Juros e serviços financeiros:** há um conjunto de serviços financeiros que são imputados ao governo geral nas CEI a partir do contraste entre as informações do setor financeiro e os demais setores. Os juros pagos e recebidos do governo geral são obtidos não a partir dos registros contábeis do próprio governo, mas da matriz de juros dos setores institucionais que identifica os setores credores e devedores desta operação. A partir desta matriz também são identificados os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM), que são imputados no consumo intermediário das atividades econômicas, no consumo final das famílias, exportações e importações. Por fim, partindo de informações do Banco Central do Brasil são imputados no consumo final do governo os serviços não mercantis prestados pelo Banco Central do Brasil ao governo.

**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D):** seguindo a orientação do SNA 2008, os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) governamental são tratados como formação bruta de capital fixo. A identificação destes gastos exige, igualmente, recurso a outras fontes de informação, notadamente a abordagem adotada pela Coordenação-Geral de Indicadores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação cujas fontes para elaboração são: 1) Governo federal: uma extração especial: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI – base de dados do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, com as instituições e ações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) selecionadas; 2) Governos estaduais: balanços dos governos estaduais, levantamentos especiais junto às Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia – consultas aos portais de transparência dos governos estaduais; 3) Governos municipais: estimativa baseada nas despesas do demonstrativo por funções<sup>5</sup>. Este tratamento eleva a formação bruta de capital fixo nas CEI, reduz o consumo do governo e eleva a poupança bruta em relação à Conta Intermediária de Governo.

## Fontes de informação

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

<sup>5</sup> Sobre o tratamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Sistema de Contas Nacionais, consultar : SISTEMA de contas nacionais: Brasil, referência 2010. Nota metodológica n. 16: pesquisa e desenvolvimento (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default\\_SCN\\_2010.shtml](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default_SCN_2010.shtml)>. Acesso em: set. 2015.

Já a fonte primária para obtenção de dados dos estados e do Distrito Federal é o arquivo intitulado Execução Orçamentária dos Estados, disponível para *download* na página da Secretaria do Tesouro Nacional<sup>6</sup>. Este banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as Unidades da Federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar.

Por seu turno, a principal fonte primária de dados sobre as finanças públicas municipais brasileiras é o Finanças do Brasil - FINBRA - Dados Contábeis dos Municípios, também disponível para *download* na página da Secretaria do Tesouro Nacional<sup>7</sup>. Este banco de dados apresenta as contas de receitas e despesas correntes e de capital desagregadas por municípios, além das respectivas contas patrimoniais.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base meramente informativa e, portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais e dados coletados a partir do Sistema de Coleta de Dados Contábeis - SISTN.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária Execução Orçamentária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais (*Government finance statistics manual* - GFSM: código 1212 e *System of national accounts* - SNA: código 0D1002) dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, tanto a Secretaria do Tesouro Nacional quanto o IBGE fizeram uso dos dados fornecidos por aquele órgão. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo de todas as esferas e as contribuições sociais imputadas para a União são iguais sob os dois prismas analisados (GFSM e SNA), pois aquelas rubricas foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

<sup>6</sup> Para informações complementares consultar: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (Brasil). *Execução orçamentária dos estados [1995-2013]*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-aneais>>. Acesso em: set. 2015.

<sup>7</sup> Para maiores informações consultar: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (Brasil). *Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-aneais>>. Acesso em: set. 2015.

## Metodologia adotada

### Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o *Government finance statistics manual 2014* - GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. A razão para a utilização desse critério é a inexistência de receita apurada pelo regime de competência na contabilidade governamental para o período abrangido nesta publicação.

Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado (incluindo despesas para as quais não tenha sido emitida a nota de empenho, como no caso das despesas executadas pelo documento folha de pagamento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI nos exercícios de 2010 a 2012 no que se refere à União) pelas unidades executoras dos respectivos entes. Ressalta-se que os dados de estados e municípios para o ano de 2010 representam uma exceção a esse procedimento, uma vez que até aquele exercício só era possível obter dados de despesas empenhadas.

Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O problema conceitual de não ter disponível dados em regime de competência foi resolvido a partir da implementação, em 2015, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP<sup>8</sup>, que adotou tal regime tanto para as receitas quanto para as despesas públicas, sob o ponto de vista patrimonial. Assim, as transações de governo passaram a ser contabilizadas no momento em que geram variações no patrimônio. No caso das receitas, estas serão registradas quando ocorrem as atividades, transações ou outros eventos que geram ao governo o direito de cobrar tributos e, de outro lado, no caso das despesas, se registrarão no momento em que ocorrerem as atividades, transações e outros eventos que geram para o governo o compromisso ou obrigação incondicional de realizar pagamento.

### Consolidação

De acordo com o GFSM 2014, a consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se fossem uma única unidade. Todas as transações e ativos/passivos cruzados devem ser eliminados para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros.

Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas,

<sup>8</sup> Para maiores informações consultar: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (Brasil). *Contabilidade pública: implantação do [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público] PCASP*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade>>. Acesso em: set. 2015.

o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e também na forma consolidada, prática adotada neste trabalho.

Um exemplo de ajuste de consolidação que deve ser feito ocorre quando a União realiza uma transferência (corrente ou de capital) para os estados. Nesse caso, essa transação deveria ser eliminada ao mesmo tempo em que também se desconsideraria a receita de transferência (corrente ou de capital) registrada por esses estados, uma vez que o objetivo principal é analisar os dados para um setor mais amplo, o de governo geral.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Uma das premissas adotadas no presente trabalho e que tem amparo em manuais metodológicos internacionais, foi considerar que os registros contábeis efetuados pelas esferas superiores são mais consistentes e confiáveis que os feitos pelas outras esferas. Nesse sentido, o registro feito pela União é mais fidedigno que os realizados pelos estados, os quais, por sua vez, realizam registros mais consistentes que os efetuados pelos municípios.

Cabe destacar que ao seguir essa regra, alguns registros realizados pelas esferas inferiores são desconsiderados e novos valores são imputados em seus lugares, o que resultaria em um impacto fiscal caso nenhum outro tratamento fosse realizado. Assim, uma outra premissa adotada nesta publicação para os dados de Estatísticas de Finanças Públicas foi a de que não deveria haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Uma das principais diferenças entre o GFSM e o SNA em relação a regras contábeis diz respeito à consolidação. Em princípio, o GFSM requer a eliminação de todos os fluxos intra e intersetoriais e estoques entre unidades do mesmo setor e subsetores. A consolidação pode ser aplicada aos dados estatísticos de qualquer grupo de unidades, incluindo os subsetores do setor de governo geral, todo o setor público, ou qualquer outro agrupamento de interesse analítico.

Como princípio geral, a consolidação não é usada no SNA, embora se reconheça que ela pode ser útil para o setor de governo geral. Mesmo quando usada nas contas nacionais, as transações que aparecem em diferentes contas não são consolidadas. Por exemplo, nas contas nacionais, os juros recebíveis por uma unidade do governo que são devidos por outra unidade do governo são mostrados como receita e despesa nas contas do setor de governo geral. Em contraste, no GFSM é usada a consolidação integral. Esses juros não são contabilizados como despesa ou receita nos dados para o setor de governo geral consolidado como um todo, embora esses juros pudessem aparecer nas contas dos subsetores do governo geral, se as duas partes envolvidas estão em diferentes subsetores. Do ponto de vista das contas nacionais, os fluxos entre subsetores de um mesmo setor institucional devem ser equilibrados de forma a não ter impacto nas contas com os demais setores.

## Próximos avanços

Esta publicação representa um avanço significativo no desenvolvimento de padrões para a compilação e apresentação de estatísticas fiscais e insere-se em uma tendência de âmbito mundial na busca da transparência nas finanças, operações e fiscalização por parte dos governos.

As informações aqui apresentadas representam um passo na evolução de metodologias estatísticas. Reconhece-se que a adoção do sistema plenamente integrado como definido nos manuais terá implantação em médio prazo.

Para o ano de 2016 espera-se avançar nos seguintes pontos:

1. Incorporação de unidades institucionais nas Estatísticas de Finanças Públicas que atualmente já são consideradas nas Contas Econômicas Integradas - CEI como parte do setor Governo Geral. São elas: Sistema S, Conselhos Profissionais e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

2. Divulgação do balanço patrimonial do governo geral (ou compilação de estoques);

3. Encontra-se em desenvolvimento na Secretaria do Tesouro Nacional estudos sobre o registro do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de acordo com as recomendações dos padrões internacionais. Estes estudos irão orientar a forma mais apropriada de registro do passivo atuarial para as próximas publicações;

4. Realização de estudo sobre o comportamento das transferências intergovernamentais no sentido de reduzir possíveis fontes de discrepâncias entre os dois sistemas estatísticos.

---

## Análise dos resultados

A Tabela 1 traz um conjunto básico de indicadores das Estatísticas de Finanças Públicas, operações e saldos presentes na Conta Intermediária de Governo, colocados em contraste a partir das informações geradas em cada sistema. Tipicamente os agregados do consumo final do governo, a poupança bruta e formação bruta de capital fixo são derivados do Sistema de Contas Nacionais, enquanto os resultados primário e operacional líquido são resultados constantes dos Demonstrativos das Estatísticas de Finanças Públicas.

Por esta razão os valores apresentados na Tabela 1 para as Estatísticas de Finanças Públicas dos agregados típicos de contas nacionais devem ser vistos como aproximações realizadas a partir das contas presentes nos demonstrativos de finanças públicas. Do mesmo modo, o resultado primário e resultado operacional bruto apresentados na linha Conta Intermediária de Governo são aproximações derivadas diretamente dos registros das tabelas das contas intermediárias. A capacidade/necessidade de financiamento constitui saldo presente nos demonstrativos dos dois sistemas.

Como as contas são classificadas nos menores níveis de desagregação, eventuais divergências de classificação ou de procedimentos de ajustes específicos, como no caso dos ajustes de consolidação, acabam se manifestando no nível agregado. No entanto, os agregados e saldos evidenciam que, para o governo geral, a evolução das contas ao longo do tempo é bastante próxima. A necessidade de financiamento em ambos os sistemas parte de um nível superior a R\$ 120 bilhões em 2010 e cai para níveis inferiores a R\$ 100 bilhões em 2012, e finalmente se eleva acima dos R\$ 165 bilhões em 2013. As diferenças não superam 0,1% do Produto Interno Bruto - PIB neste saldo em toda a série.

**Tabela 1 - Conciliação das Estatísticas de Finanças Públicas - EFP e  
 Conta Intermediária de Governo - CIG - Brasil - 2010-2013**

Especificação	2010		2011		2012		2013	
	Valor (1 000 000 R\$)	Percentual do PIB (%)						
<b>I. Despesa de consumo final do Governo Geral</b>								
EFP	711 786	18,3	791 214	18,1	868 285	18,4	983 239	19,1
CIG	710 440	18,3	793 206	18,1	865 738	18,4	980 156	19,0
Diferença EFP - CIG	1 346	0,0	(-) 1 992	0,0	2 548	0,1	3 083	0,1
<b>II. Poupança bruta</b>								
EFP	(-) 21 443	(-) 0,6	(-) 5 815	(-) 0,1	11 535	0,2	(-) 47 714	(-) 0,9
CIG	(-) 13 150	(-) 0,3	(-) 3 317	(-) 0,1	24 339	0,5	(-) 38 706	(-) 0,8
Diferença EFP - CIG	(-) 8 293	(-) 0,2	(-) 2 498	(-) 0,1	(-) 12 804	(-) 0,3	(-) 9 008	(-) 0,2
<b>III. Formação bruta de capital fixo</b>								
EFP	106 151	2,7	96 555	2,2	104 300	2,2	115 683	2,2
CIG	105 926	2,7	97 065	2,2	104 788	2,2	115 098	2,2
Diferença EFP - CIG	225	0,0	(-) 510	0,0	(-) 489	0,0	585	0,0
<b>IV. Capacidade (+)/Necessidade (-) líquida de financiamento</b>								
EFP	(-) 124 404	(-) 3,2	(-) 103 556	(-) 2,4	(-) 97 701	(-) 2,1	(-) 170 602	(-) 3,3
CIG	(-) 120 503	(-) 3,1	(-) 103 606	(-) 2,4	(-) 91 652	(-) 1,9	(-) 165 902	(-) 3,2
Diferença EFP - CIG	(-) 3 900	(-) 0,1	50	0,0	(-) 6 049	(-) 0,1	(-) 4 700	(-) 0,1
<b>V. Resultado Operacional Líquido</b>								
EFP	(-) 68 775	(-) 1,8	(-) 67 599	(-) 1,5	(-) 58 620	(-) 1,2	(-) 127 314	(-) 2,5
CIG	(-) 65 360	(-) 1,7	(-) 66 560	(-) 1,5	(-) 51 125	(-) 1,1	(-) 124 011	(-) 2,4
Diferença EFP - CIG	(-) 3 415	(-) 0,1	(-) 1 039	0,0	(-) 7 495	(-) 0,2	(-) 3 303	(-) 0,1
<b>VI. Resultado primário</b>								
EFP	79 555	2,0	141 325	3,2	129 187	2,7	100 661	2,0
CIG	83 456	2,1	141 275	3,2	135 236	2,9	105 361	2,0
Diferença EFP - CIG	(-) 3 900	(-) 0,1	50	0,0	(-) 6 049	(-) 0,1	(-) 4 700	(-) 0,1

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

A despesa de consumo final do governo apresenta diferenças de até 0,1% do PIB, e elevação contínua em valores nominais nos dois sistemas, embora sofra redução em percentual do PIB em 2011, ano em que o resultado primário tem seu valor mais elevado. A poupança bruta observa comportamento semelhante ao comportamento da necessidade de financiamento, com elevação nos três primeiros anos da série, chegando a ser positiva no ano de 2012, e redução no último ano. As diferenças neste agregado são mais pronunciadas, indicando que as diferenças de classificação e dos tratamentos das transferências na consolidação têm maior impacto neste agregado, embora sejam parcialmente compensados por outras operações uma vez que há maior convergência na necessidade de financiamento.

O resultado operacional líquido é uma medida síntese que exclui as transações com ativos não financeiros. O conceito se aproxima da poupança bruta acrescida das transferências líquidas de capital. Mostra-se negativo em toda a série, com estabilidade em 2011, redução do saldo negativo em 2012 e elevação em 2013. As diferenças de nível entre os dois sistemas são inferiores a 0,2% do PIB.

O resultado primário é um dos principais indicadores das Estatísticas de Finanças Públicas que, embora não seja derivado diretamente da Conta Intermediária de Governo, pode ser aproximado excluindo da necessidade de financiamento os juros líquidos registrados no sistema. Novamente, as diferenças são da ordem de 0,1% do PIB ou inferiores. Observa-se elevação em 2011 e redução nos anos seguintes, influenciando diretamente o comportamento das necessidades de financiamento. Na versão desta publicação, difere do conceito apresentado no Resultado do Tesouro Nacional, em especial em relação regime de registro das despesas. O Anexo 3 traz os detalhes das diferenças metodológicas entre os demonstrativos desta publicação e o Resultado do Tesouro Nacional.

A formação bruta de capital fixo é o agregado que melhor representa o esforço de harmonização conceitual e de tratamento de contas, com diferenças da ordem de 0,01% do PIB em toda a série. O agregado sofre redução no ano de 2011, influenciado principalmente pela esfera estadual, e volta a crescer em 2012 e 2013 em termos nominais, mas mantendo-se no nível de cerca de 2,2% do PIB.

---

## **Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas - 2010 a 2013**

**Tabela 1 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2010-2013**

1. Demonstrativo de operações Governo Geral (1)	Valor (1 000 000 R\$)			
	2010	2011	2012	2013
<b>Transações que afetam o patrimônio líquido</b>				
<b>1 Receita</b>	<b>1 460 566</b>	<b>1 670 887</b>	<b>1 841 582</b>	<b>2 010 488</b>
11 Impostos	925 848	1 066 967	1 152 354	1 269 590
12 Contribuições sociais	334 119	382 786	411 988	461 267
13 Transferências/Doações	71	33	38	80
14 Outras receitas	200 529	221 101	277 202	279 551
<b>2 Despesa</b>	<b>1 529 341</b>	<b>1 738 487</b>	<b>1 900 202</b>	<b>2 137 802</b>
21 Remuneração de empregados	464 884	519 409	567 198	653 766
22 Uso de bens e serviços	215 961	236 767	261 114	284 348
23 Consumo de capital fixo (2)	50 659	56 846	62 937	70 093
24 Juros (3)	275 221	334 602	334 361	366 149
25 Subsídios	4 826	7 819	9 717	17 085
26 Transferências/Doações	1 217	1 115	1 321	1 871
27 Benefícios sociais	479 449	533 852	604 257	678 676
28 Outras despesas	37 125	48 077	59 298	65 814
<b>Resultado Operacional Bruto - ROB</b>	<b>(-) 18 116</b>	<b>(-) 10 754</b>	<b>4 317</b>	<b>(-) 57 221</b>
<b>Resultado Operacional Líquido - ROL</b>	<b>(-) 68 775</b>	<b>(-) 67 599</b>	<b>(-) 58 620</b>	<b>(-) 127 314</b>
<b>Transações com ativos não financeiros</b>				
<b>31 Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	<b>55 629</b>	<b>35 957</b>	<b>39 080</b>	<b>43 288</b>
311 Ativos fixos (4)	55 492	39 710	41 363	45 590
312 Estoques	351	(-) 664	(-) 835	(-) 500
313 Objetos de valor	22	29	34	70
314 Ativos não produzidos	(-) 237	(-) 3 118	(-) 1 481	(-) 1 873
<b>Empréstimo/Endividamento Líquido - EEL</b>	<b>(-) 124 404</b>	<b>(-) 103 556</b>	<b>(-) 97 701</b>	<b>(-) 170 602</b>
<b>Itens de memorando</b>				
1 Despesa, excluindo consumo de capital fixo	1 478 682	1 681 641	1 837 265	2 067 709
2 Aquisição bruta de ativos não financeiros	106 288	92 802	102 017	113 381
3 Empréstimo/Endividamento líquido primário	79 555	141 325	129 187	100 661

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

(1) Exclusive as operações do Banco Central do Brasil. (2) Consumo de Capital Fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo de modo que não há impacto sobre o empréstimo / endividamento líquido. (3) Dados do Banco Central do Brasil. (4) O montante de ativo fixo exclui o consumo de capital fixo.

**Tabela 2 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2010**

Demonstrativo de operações Governo Geral (1)	Valor (1 000 000 R\$)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consoli- dação	Governo Geral
<b>Transações que afetam o patrimônio líquido</b>					
<b>1 Receita</b>	<b>1 036 051</b>	<b>470 078</b>	<b>318 667</b>	<b>(-) 364 230</b>	<b>1 460 566</b>
11 Impostos	535 934	320 642	69 272	0	925 848
12 Contribuições sociais	285 278	26 360	22 481	0	334 119
13 Transferências/Doações	293	98 837	194 200	(-) 293 259	71
14 Outras receitas	214 546	24 240	32 715	(-) 70 971	200 529
<b>2 Despesa</b>	<b>1 115 537</b>	<b>483 354</b>	<b>294 680</b>	<b>(-) 364 230</b>	<b>1 529 341</b>
21 Remuneração de empregados	166 457	163 631	134 796	0	464 884
22 Uso de bens e serviços	42 671	69 313	103 978	0	215 961
23 Consumo de capital fixo (2)	18 173	17 958	14 528	0	50 659
24 Juros (3)	273 807	61 401	10 983	(-) 70 971	275 221
25 Subsídios	4 505	175	145	0	4 826
26 Transferências/Doações	209 091	85 023	363	(-) 293 259	1 217
27 Benefícios sociais	395 730	67 433	16 286	0	479 449
28 Outras despesas	5 104	18 419	13 602	0	37 125
<b>Resultado Operacional Bruto - ROB</b>	<b>(-) 61 314</b>	<b>4 682</b>	<b>38 515</b>	<b>0</b>	<b>(-) 18 116</b>
<b>Resultado Operacional Líquido - ROL</b>	<b>(-) 79 487</b>	<b>(-) 13 276</b>	<b>23 987</b>	<b>0</b>	<b>(-) 68 775</b>
<b>Transações com ativos não financeiros</b>					
<b>31 Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	<b>12 174</b>	<b>23 536</b>	<b>19 918</b>	<b>0</b>	<b>55 629</b>
311 Ativos fixos (4)	12 086	23 530	19 876	0	55 492
312 Estoques	303	6	42	0	351
313 Objetos de valor	22	0	0	0	22
314 Ativos não produzidos	(-) 237	0	0	0	(-) 237
<b>Empréstimo/Endividamento Líquido - EEL</b>	<b>(-) 91 661</b>	<b>(-) 36 812</b>	<b>4 069</b>	<b>0</b>	<b>(-) 124 404</b>
<b>Itens de memorando</b>					
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	1 097 364	465 396	280 152	(-) 364 230	1 478 682
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	30 347	41 494	34 446	0	106 288
3. Empréstimo/Endividamento líquido primário	50 542	20 591	8 422	0	79 555

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

(1) Exclui as operações do Banco Central do Brasil. (2) Consumo de Capital Fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo de modo que não há impacto sobre o empréstimo / endividamento líquido. (3) Dados do Banco Central do Brasil. (4) O montante de ativo fixo exclui o consumo de capital fixo.

**Tabela 3 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2011**

Demonstrativo de operações Governo Geral (1)	Valor (1 000 000 R\$)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
<b>Transações que afetam o patrimônio líquido</b>					
<b>1 Receita</b>	<b>1 167 983</b>	<b>524 130</b>	<b>368 106</b>	<b>(-) 389 332</b>	<b>1 670 887</b>
11 Impostos	630 057	356 208	80 701	0	1 066 967
12 Contribuições sociais	323 740	31 344	27 703	0	382 786
13 Transferências/Doações	474	109 351	224 031	(-) 333 823	33
14 Outras receitas	213 712	27 227	35 671	(-) 55 509	221 101
<b>2 Despesa</b>	<b>1 275 836</b>	<b>517 654</b>	<b>334 329</b>	<b>(-) 389 332</b>	<b>1 738 487</b>
21 Remuneração de empregados	178 832	184 825	155 752	0	519 409
22 Uso de bens e serviços	45 001	74 611	117 155	0	236 767
23 Consumo de capital fixo (2)	19 754	20 040	17 052	0	56 846
24 Juros (3)	332 233	48 604	9 273	(-) 55 509	334 602
25 Subsídios	7 492	156	171	0	7 819
26 Transferências/Doações	241 458	93 042	439	(-) 333 823	1 115
27 Benefícios sociais	439 110	76 244	18 497	0	533 852
28 Outras despesas	11 956	20 131	15 990	0	48 077
<b>Resultado Operacional Bruto - ROB</b>	<b>(-) 88 099</b>	<b>26 517</b>	<b>50 828</b>	<b>0</b>	<b>(-) 10 754</b>
<b>Resultado Operacional Líquido - ROL</b>	<b>(-) 107 853</b>	<b>6 477</b>	<b>33 777</b>	<b>0</b>	<b>(-) 67 599</b>
<b>Transações com ativos não financeiros</b>					
<b>31 Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	<b>2 161</b>	<b>13 961</b>	<b>19 835</b>	<b>0</b>	<b>35 957</b>
311 Ativos fixos (4)	6 005	13 909	19 796	0	39 710
312 Estoques	(-) 755	52	39	0	(-) 664
313 Objetos de valor	29	0	0	0	29
314 Ativos não produzidos	(-) 3 118	0	0	0	(-) 3 118
<b>Empréstimo/Endividamento Líquido - EEL</b>	<b>(-) 110 014</b>	<b>(-) 7 485</b>	<b>13 942</b>	<b>0</b>	<b>(-) 103 556</b>
<b>Itens de memorando</b>					
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	1 256 082	497 614	317 277	(-) 389 332	1 681 641
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	21 915	34 001	36 886	0	92 802
3. Empréstimo/Endividamento líquido primário	91 044	36 172	14 109	0	141 325

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

(1) Exclui as operações do Banco Central do Brasil. (2) Consumo de Capital Fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo de modo que não há impacto sobre o empréstimo / endividamento líquido. (3) Dados do Banco Central do Brasil. (4) O montante de ativo fixo exclui o consumo de capital fixo.

**Tabela 4 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2012**

Demonstrativo de operações Governo Geral (1)	Valor (1 000 000 R\$)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
<b>Transações que afetam o patrimônio líquido</b>					
<b>1 Receita</b>	<b>1 297 052</b>	<b>565 183</b>	<b>413 520</b>	<b>(-) 434 173</b>	<b>1 841 582</b>
11 Impostos	665 991	394 984	91 380	0	1 152 354
12 Contribuições sociais	354 779	27 209	30 000	0	411 988
13 Transferências/Doações	647	118 538	250 012	(-) 369 159	38
14 Outras receitas	275 636	24 452	42 128	(-) 65 014	277 202
<b>2 Despesa</b>	<b>1 374 085</b>	<b>580 738</b>	<b>379 552</b>	<b>(-) 434 173</b>	<b>1 900 202</b>
21 Remuneração de empregados	187 388	202 120	177 690	0	567 198
22 Uso de bens e serviços	49 077	83 571	128 465	0	261 114
23 Consumo de capital fixo (2)	20 931	21 833	20 173	0	62 937
24 Juros (3)	331 573	56 993	10 810	(-) 65 014	334 361
25 Subsídios	9 391	166	159	0	9 717
26 Transferências/Doações	265 207	104 810	463	(-) 369 159	1 321
27 Benefícios sociais	494 276	88 291	21 690	0	604 257
28 Outras despesas	16 241	22 955	20 102	0	59 298
<b>Resultado Operacional Bruto - ROB</b>	<b>(-) 56 102</b>	<b>6 278</b>	<b>54 141</b>	<b>0</b>	<b>4 317</b>
<b>Resultado Operacional Líquido - ROL</b>	<b>(-) 77 033</b>	<b>(-) 15 555</b>	<b>33 968</b>	<b>0</b>	<b>(-) 58 620</b>
<b>Transações com ativos não financeiros</b>					
<b>31 Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	<b>2 102</b>	<b>12 324</b>	<b>24 655</b>	<b>0</b>	<b>39 080</b>
311 Ativos fixos (4)	4 458	12 284	24 621	0	41 363
312 Estoques	(-) 908	39	34	0	(-) 835
313 Objetos de valor	34	0	0	0	34
314 Ativos não produzidos	(-) 1 481	0	0	0	(-) 1 481
<b>Empréstimo/Endividamento Líquido - EEL</b>	<b>(-) 79 135</b>	<b>(-) 27 879</b>	<b>9 313</b>	<b>0</b>	<b>(-) 97 701</b>
<b>Itens de memorando</b>					
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	1 353 154	558 905	359 379	(-) 434 173	1 837 265
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	23 033	34 157	44 828	0	102 017
3. Empréstimo/Endividamento líquido primário	96 583	25 176	7 428	0	129 187

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

(1) Exclui as operações do Banco Central do Brasil. (2) Consumo de Capital Fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo de modo que não há impacto sobre o empréstimo / endividamento líquido. (3) Dados do Banco Central do Brasil. (4) O montante de ativo fixo exclui o consumo de capital fixo.

**Tabela 5 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2013**

Demonstrativo de operações Governo Geral (1)	Valor (1 000 000 R\$)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
<b>Transações que afetam o patrimônio líquido</b>					
<b>1 Receita</b>	<b>1 385 641</b>	<b>633 720</b>	<b>440 510</b>	<b>(-) 449 383</b>	<b>2 010 488</b>
11 Impostos	726 316	441 367	101 907	0	1 269 590
12 Contribuições sociais	385 484	40 178	35 605	0	461 267
13 Transferências/Doações	418	118 258	265 774	(-) 384 369	80
14 Outras receitas	273 423	33 917	37 224	(-) 65 014	279 551
<b>2 Despesa</b>	<b>1 518 309</b>	<b>655 919</b>	<b>412 957</b>	<b>(-) 449 383</b>	<b>2 137 802</b>
21 Remuneração de empregados	207 001	245 189	201 576	0	653 766
22 Uso de bens e serviços	55 874	95 110	133 364	0	284 348
23 Consumo de capital fixo (2)	22 237	25 551	22 305	0	70 093
24 Juros (3)	366 256	54 111	10 796	(-) 65 014	366 149
25 Subsídios	16 425	407	253	0	17 085
26 Transferências/Doações	271 937	113 711	592	(-) 384 369	1 871
27 Benefícios sociais	556 375	98 153	24 148	0	678 676
28 Outras despesas	22 204	23 686	19 924	0	65 814
<b>Resultado Operacional Bruto - ROB</b>	<b>(-) 110 431</b>	<b>3 352</b>	<b>49 858</b>	<b>0</b>	<b>(-) 57 221</b>
<b>Resultado Operacional Líquido - ROL</b>	<b>(-) 132 668</b>	<b>(-) 22 199</b>	<b>27 553</b>	<b>0</b>	<b>(-) 127 314</b>
<b>Transações com ativos não financeiros</b>					
<b>31 Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	<b>8 452</b>	<b>23 809</b>	<b>11 027</b>	<b>0</b>	<b>43 288</b>
311 Ativos fixos (4)	10 809	23 788	10 994	0	45 590
312 Estoques	(-) 554	21	34	0	(-) 500
313 Objetos de valor	70	0	0	0	70
314 Ativos não produzidos	(-) 1 873	0	0	0	(-) 1 873
<b>Empréstimo/Endividamento Líquido - EEL</b>	<b>(-) 141 120</b>	<b>(-) 46 008</b>	<b>16 526</b>	<b>0</b>	<b>(-) 170 602</b>
<b>Itens de memorando</b>					
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	1 496 072	630 368	390 652	(-) 449 383	2 067 709
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	30 689	49 360	33 332	0	113 381
3. Empréstimo/Endividamento líquido primário	76 746	3 510	20 405	0	100 661

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

(1) Exclusivo as operações do Banco Central do Brasil. (2) Consumo de Capital Fixo é uma transação interna que reflete a diminuição do valor do ativo fixo em virtude da sua utilização no processo produtivo por uma unidade institucional. Como resultado, é registrado como uma despesa e ao mesmo tempo como uma transação que reduz o valor do respectivo ativo fixo de modo que não há impacto sobre o empréstimo / endividamento líquido. (3) Dados do Banco Central do Brasil. (4) O montante de ativo fixo exclui o consumo de capital fixo.

---

**Conta Intermediária de Governo  
2010-2013**

**Conta Intermediária de Governo - 2010**

Contas	Total	Esfera de Governo			Códigos	Operações e saldos	Esfera de Governo			Total	Contas
		S.3.1	S.3.2	S.3.3			S.3.3	S.3.2	S.3.1		
		Federal	Estadual	Municipal			Municipal	Estadual	Federal		
<b>Valores correntes (1 000 000 R\$)</b>						<b>Valores correntes (1 000 000 R\$)</b>					
<b>Usos</b>						<b>Recursos</b>					
1. Produção					P.1	Produção	251 682	249 618	221 679	722 979	1. Produção
					P.11	Produção mercantil	7 635	7 490	7 400	22 525	
					P.12	Produção não-mercantil	244 047	242 129	214 279	700 454	
	208 996	36 921	69 556	102 519	P.2	Consumo intermediário					
<b>513 983</b>	<b>184 758</b>	<b>180 062</b>	<b>149 163</b>	<b>B.1</b>	<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>149 163</b>	<b>180 062</b>	<b>184 758</b>	<b>513 983</b>	2.1.1. Geração da renda	
2.1.1. Geração da renda	463 303	166 564	162 104	134 635	D.1	Remuneração dos empregados					2.1.2. Alocação da renda primária
	352 029	102 663	135 722	113 644	D.11	Ordenados e salários					
	111 274	63 901	26 382	20 991	D.12	Contribuições sociais dos empregadores					
	60 562	13 189	26 382	20 991	D.121	Contribuições sociais efetivas					
	50 712	50 712			D.122	Contribuições sociais imputadas					
	21	21			D.2	Impostos sobre a produção e a importação					
<b>50 659</b>	<b>18 173</b>	<b>17 958</b>	<b>14 528</b>	<b>B.2</b>	<b>Excedente operacional bruto</b>	<b>14 528</b>	<b>17 958</b>	<b>18 173</b>	<b>50 659</b>		
2.1.2. Alocação da renda primária	346 192	273 807	61 401	10 983	D.4	Rendas de propriedade	7 119	8 674	186 655	202 448	2.2. Distribuição secundária da renda
	346 192	273 807	61 401	10 983	D.41	Juros	6 630	3 998	131 604	142 233	
					D.42	Dividendos e retiradas	43	1 858	22 413	24 314	
					D.45	Renda de recursos naturais	446	2 817	32 638	35 901	
					D.2	Impostos sobre a produção e a importação	46 056	279 659	294 405	620 120	
					D.21	Impostos sobre produto	38 593	269 146	277 003	584 742	
4 828	4 534	173	121	D.22	Outros impostos sobre a produção	7 463	10 514	17 402	35 379		
<b>522 207</b>	<b>220 892</b>	<b>244 717</b>	<b>56 599</b>	<b>B.5</b>	<b>Saldo das rendas primárias brutas</b>	<b>56 599</b>	<b>244 717</b>	<b>220 892</b>	<b>522 207</b>		
2.2. Distribuição secundária da renda	81	81			D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	23 050	38 177	236 661	297 888	2.3. Uso da renda
					D.61	Contribuições sociais	16 010	33 859	291 622	341 491	
					D.611	Contribuições sociais efetivas dos empregadores	11 973	20 641	181 042	213 656	
					D.612	Contribuições sociais imputadas dos empregadores			50 712	50 712	
					D.613	Contribuições sociais efetivas das famílias/empregados	4 037	13 218	59 868	77 123	
	480 334	395 790	68 241	16 303	D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie					
	283 363	283 363			D.621	Benefícios de seguridade social em numerário					
	157 320	74 983	67 123	15 214	D.622	Outros benefícios de seguro social					
	39 651	37 444	1 118	1 089	D.623	Benefícios de assistência social em numerário					
	305 238	199 196	93 751	12 291	D.7	Outras transferências correntes	193 258	108 424	19 675	321 357	
276 191	194 451	80 539	1 201	D.73	Transferências correntes entre administrações públicas	184 481	91 653	57	276 191		
29 047	4 745	13 212	11 090	D.75	Transferências correntes diversas	8 777	16 771	19 618	45 166		
<b>697 290</b>	<b>173 783</b>	<b>263 184</b>	<b>260 322</b>	<b>B.6</b>	<b>Renda disponível bruta</b>	<b>260 322</b>	<b>263 184</b>	<b>173 783</b>	<b>697 290</b>		
710 440	219 833	244 137	246 470	P.3	Despesa de consumo final						
<b>(-) 13 150</b>	<b>(-) 46 050</b>	<b>19 047</b>	<b>13 853</b>	<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>						
<b>Contas de acumulação (1 000 000 R\$)</b>						<b>Contas de acumulação (1 000 000 R\$)</b>					
<b>Variações de ativos</b>						<b>Variações de ativos</b>					
3.1. Capital	26 624	19 223	6 480	921	<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>	<b>13 853</b>	<b>19 047</b>	<b>(-) 46 050</b>	<b>(-) 13 150</b>	3.1. Capital
	4	4			D.9	Transferências de capital	13 741	11 182	150	25 073	
	26 620	19 219	6 480	921	D.91	Impostos sobre capital	165	2 508	48	2 721	
	105 926	30 875	40 651	34 400	D.99	Outras transferências de capital	13 576	8 674	102	22 352	
	265	265			P.51	Formação bruta de capital fixo					
					NP	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produtos			389	389	
<b>(-) 120 503</b>	<b>(-) 95 874</b>	<b>(-) 16 902</b>	<b>(-) 7 727</b>	<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento</b>	<b>(-) 7 727</b>	<b>(-) 16 902</b>	<b>(-) 95 874</b>	<b>(-) 120 503</b>		

Conta Intermediária de Governo - 2011

Contas	Total	Esfera de Governo			Códigos	Operações e saldos	Esfera de Governo			Total	Contas
		S.3.1	S.3.2	S.3.3			S.3.3	S.3.2	S.3.1		
		Federal	Estadual	Municipal			Municipal	Estadual	Federal		
<b>Valores correntes (1 000 000 R\$)</b>						<b>Valores correntes (1 000 000 R\$)</b>					
<b>Usos</b>						<b>Recursos</b>					
1. Produção					P.1	Produção	290 996	278 595	238 882	808 473	1. Produção
					P.11	Produção mercantil	8 216	8 141	9 966	26 323	
					P.12	Produção não-mercantil	282 781	270 454	228 916	782 151	
	232 997	38 936	75 659	118 402	P.2	Consumo intermediário					
<b>575 476</b>	<b>199 946</b>	<b>202 936</b>	<b>172 594</b>	<b>B.1</b>	<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>172 594</b>	<b>202 936</b>	<b>199 946</b>	<b>575 476</b>	2.1.1. Geração da renda	
2.1.1. Geração da renda	518 543	180 105	182 896	155 543	D.1	Remuneração dos empregados					2.1.2. Alocação da renda primária
	392 508	110 506	152 257	129 746	D.11	Ordenados e salários					
	126 035	69 599	30 639	25 797	D.12	Contribuições sociais dos empregadores					
	71 396	14 960	30 639	25 797	D.121	Contribuições sociais efetivas					
	54 639	54 639			D.122	Contribuições sociais imputadas					
	87	87			D.2	Impostos sobre a produção e a importação					
<b>56 846</b>	<b>19 754</b>	<b>20 040</b>	<b>17 052</b>	<b>B.2</b>	<b>Excedente operacional bruto</b>	<b>17 052</b>	<b>20 040</b>	<b>19 754</b>	<b>56 846</b>	2.2. Distribuição secundária da renda	
2.1.2. Alocação da renda primária	390 111	332 233	48 604	9 273	D.4	Rendas de propriedade	9 756	8 134	181 652	199 542	2.2. Distribuição secundária da renda
	390 111	332 233	48 604	9 273	D.41	Juros	9 107	4 947	131 176	145 230	
					D.42	Dividendos e retiradas	52	1 936	19 965	21 953	
					D.45	Renda de recursos naturais	597	1 251	30 511	32 359	
					D.2	Impostos sobre a produção e a importação	53 359	310 713	334 917	698 989	
					D.21	Impostos sobre produto	45 130	298 753	314 295	658 178	
	7 770	7 444	155	171	D.22	Outros impostos sobre a produção	8 229	11 960	20 622	40 811	
<b>557 496</b>	<b>196 645</b>	<b>290 128</b>	<b>70 722</b>	<b>B.5</b>	<b>Saldo das rendas primárias brutas</b>	<b>70 722</b>	<b>290 128</b>	<b>196 645</b>	<b>557 496</b>	2.2. Distribuição secundária da renda	
2.2. Distribuição secundária da renda	29	29			D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	26 525	42 543	289 383		358 451
					D.61	Contribuições sociais	19 913	39 127	331 181		390 221
					D.611	Contribuições sociais efetivas dos empregadores	15 327	23 620	208 290		247 237
					D.612	Contribuições sociais imputadas dos empregadores			54 639		54 639
					D.613	Contribuições sociais efetivas das famílias/empregados	4 586	15 507	68 252		88 345
	535 532	439 193	77 630	18 709	D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie					
	315 695	315 695			D.621	Benefícios de seguridade social em numerário					
	174 190	80 480	76 345	17 365	D.622	Outros benefícios de seguro social					
	45 647	43 018	1 285	1 344	D.623	Benefícios de assistência social em numerário					
	351 997	232 796	104 785	14 416	D.7	Outras transferências correntes	232 100	116 684	22 495	371 278	
318 223	228 170	89 894	159	D.73	Transferências correntes entre administrações públicas	222 058	96 109	56	318 223		
33 774	4 626	14 891	14 257	D.75	Transferências correntes diversas	10 042	20 575	22 439	53 055		
<b>789 888</b>	<b>167 686</b>	<b>306 067</b>	<b>316 135</b>	<b>B.6</b>	<b>Renda disponível bruta</b>	<b>316 135</b>	<b>306 067</b>	<b>167 686</b>	<b>789 888</b>	2.3. Uso da renda	
793 206	235 164	272 488	285 554	P.3	Despesa de consumo final						
<b>(-) 3 317</b>	<b>(-) 67 478</b>	<b>33 578</b>	<b>30 582</b>	<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>						
<b>Contas de acumulação (1 000 000 R\$)</b>						<b>Contas de acumulação (1 000 000 R\$)</b>					
<b>Variações de ativos</b>						<b>Variações de ativos</b>					
3.1. Capital					<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>	<b>30 582</b>	<b>33 578</b>	<b>(-) 67 478</b>	<b>(-) 3 317</b>	3.1. Capital
	26 895	22 139	4 476	281	D.9	Transferências de capital	10 773	9 562	164	20 498	
	5	5			D.91	Impostos sobre capital	194	2 755	52	3 001	
	26 890	22 134	4 476	281	D.99	Outras transferências de capital	10 579	6 807	112	17 498	
	97 065	26 634	33 598	36 833	P.51	Formação bruta de capital fixo					
					NP	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produtos			3 494	3 494	
	320	320			<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento</b>	<b>4 240</b>	<b>5 066</b>	<b>(-) 112 913</b>	<b>(-) 103 606</b>	
<b>(-) 103 606</b>	<b>(-) 112 913</b>	<b>5 066</b>	<b>4 240</b>								

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

## Conta Intermediária de Governo - 2012

Contas	Total	Esfera de Governo			Códigos	Operações e saldos	Esfera de Governo			Total	Contas
		S.3.1	S.3.2	S.3.3			S.3.3	S.3.2	S.3.1		
		Federal	Estadual	Municipal			Municipal	Estadual	Federal		
<b>Valores correntes (1 000 000 R\$)</b>						<b>Valores correntes (1 000 000 R\$)</b>					
<b>Usos</b>						<b>Recursos</b>					
1. Produção					P.1	Produção	326 375	306 284	251 847	884 506	1. Produção
					P.11	Produção mercantil	8 655	8 882	12 489	30 026	
					P.12	Produção não-mercantil	317 720	297 402	239 358	854 480	
	255 988	42 493	84 671	128 823	P.2	Consumo intermediário					
<b>628 519</b>	<b>209 354</b>	<b>221 613</b>	<b>197 552</b>	<b>B.1</b>	<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>197 552</b>	<b>221 613</b>	<b>209 354</b>	<b>628 519</b>	2.1.1. Geração da renda	
2.1.1. Geração da renda	565 482	188 323	199 780	177 379	D.1	Remuneração dos empregados					2.1.2. Alocação da renda primária
	434 187	115 767	168 791	149 629	D.11	Ordenados e salários					
	131 295	72 556	30 989	27 750	D.12	Contribuições sociais dos empregadores					
	74 071	15 332	30 989	27 750	D.121	Contribuições sociais efetivas					
	57 224	57 224			D.122	Contribuições sociais imputadas					
	100	100			D.2	Impostos sobre a produção e a importação					
<b>62 937</b>	<b>20 931</b>	<b>21 833</b>	<b>20 173</b>	<b>B.2</b>	<b>Excedente operacional bruto</b>	<b>20 173</b>	<b>21 833</b>	<b>20 931</b>	<b>62 937</b>	2.2. Distribuição secundária da renda	
2.1.2. Alocação da renda primária	399 375	331 573	56 993	10 810	D.4	Rendas de propriedade	13 572	7 276	220 775		241 623
	399 375	331 573	56 993	10 810	D.41	Juros	12 695	3 938	155 854		172 487
					D.42	Dividendos e retiradas	58	2 180	28 025		30 263
					D.45	Renda de recursos naturais	819	1 158	36 896		38 873
					D.2	Impostos sobre a produção e a importação	61 404	342 595	364 169		768 168
					D.21	Impostos sobre produto	52 575	328 845	342 208	723 628	
	9 453	9 223	165	65	D.22	Outros impostos sobre a produção	8 829	13 750	21 961	44 540	
<b>663 900</b>	<b>265 080</b>	<b>314 547</b>	<b>84 274</b>	<b>B.5</b>	<b>Saldo das rendas primárias brutas</b>	<b>84 274</b>	<b>314 547</b>	<b>265 080</b>	<b>663 900</b>	2.3. Uso da renda	
2.2. Distribuição secundária da renda	33	33			D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	29 773	48 998	294 770		373 542
					D.61	Contribuições sociais	22 028	38 669	363 163		423 860
					D.611	Contribuições sociais efetivas dos empregadores	16 668	22 506	231 005		270 179
					D.612	Contribuições sociais imputadas dos empregadores			57 224		57 224
					D.613	Contribuições sociais efetivas das famílias/empregados	5 360	16 163	74 934		96 457
					D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie					
	606 194	494 305	90 047	21 842	D.621	Benefícios de seguridade social em numerário					
	357 722	357 722			D.622	Outros benefícios de seguro social					
	192 606	84 073	88 228	20 305	D.623	Benefícios de assistência social em numerário					
	55 866	52 510	1 819	1 537	D.7	Outras transferências correntes	247 102	131 855	44 047	423 004	
	388 002	251 820	117 308	18 874	D.73	Transferências correntes entre administrações públicas	235 222	109 756	568	345 546	
	345 546	245 423	99 516	607	D.75	Transferências correntes diversas	11 880	22 099	43 479	77 458	
	42 456	6 397	17 792	18 267	<b>B.6</b>	<b>Renda disponível bruta</b>	<b>342 461</b>	<b>326 715</b>	<b>220 902</b>	<b>890 077</b>	
<b>890 077</b>	<b>220 902</b>	<b>326 715</b>	<b>342 461</b>	<b>B.6</b>	<b>Renda disponível bruta</b>	<b>342 461</b>	<b>326 715</b>	<b>220 902</b>	<b>890 077</b>	2.3. Uso da renda	
865 738	245 844	299 249	320 645	P.3	Despesa de consumo final						
<b>24 339</b>	<b>(-) 24 942</b>	<b>27 466</b>	<b>21 816</b>	<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>						
<b>Contas de acumulação (1 000 000 R\$)</b>						<b>Contas de acumulação (1 000 000 R\$)</b>					
<b>Variações de ativos</b>						<b>Variações de ativos</b>					
3.1. Capital					<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>	<b>21 816</b>	<b>27 466</b>	<b>(-) 24 942</b>	<b>24 339</b>	3.1. Capital
					D.9	Transferências de capital	14 838	10 464	288	25 590	
					D.91	Impostos sobre capital	203	3 391	69	3 663	
					D.99	Outras transferências de capital	14 635	7 073	219	21 927	
					P.51	Formação bruta de capital fixo					
					NP	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produtos			1 480	1 480	
	155	155			<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento</b>	<b>(-) 8 420</b>	<b>(-) 1 888</b>	<b>(-) 81 344</b>	<b>(-) 91 652</b>	
<b>(-) 91 652</b>	<b>(-) 81 344</b>	<b>(-) 1 888</b>	<b>(-) 8 420</b>								

## Conta Intermediária de Governo - 2013

Contas	Total	Esfera de Governo			Códigos	Operações e saldos	Esfera de Governo			Total	Contas
		S.3.1	S.3.2	S.3.3			S.3.3	S.3.2	S.3.1		
		Federal	Estadual	Municipal			Municipal	Estadual	Federal		
<b>Valores correntes (1 000 000 R\$)</b>						<b>Valores correntes (1 000 000 R\$)</b>					
<b>Usos</b>						<b>Recursos</b>					
1. Produção					P.1	Produção	358 936	362 697	277 161	998 794	1. Produção
					P.11	Produção mercantil	8 915	9 530	12 745	31 190	
					P.12	Produção não-mercantil	350 021	353 167	264 416	967 604	
	281 946	48 219	98 296	135 431	P.2	Consumo intermediário					
<b>716 847</b>	<b>228 942</b>	<b>264 401</b>	<b>223 505</b>	<b>B.1</b>	<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>223 505</b>	<b>264 401</b>	<b>228 942</b>	<b>716 847</b>	2.1.1. Geração da renda	
2.1.1. Geração da renda	646 639	206 589	238 850	201 200	D.1	Remuneração dos empregados					2.1.2. Alocação da renda primária
	492 328	127 301	197 233	167 794	D.11	Ordenados e salários					
	154 312	79 288	41 617	33 407	D.12	Contribuições sociais dos empregadores					
	91 917	16 893	41 617	33 407	D.121	Contribuições sociais efetivas					
62 395	62 395			D.122	Contribuições sociais imputadas						
115	115			D.2	Impostos sobre a produção e a importação						
<b>70 093</b>	<b>22 237</b>	<b>25 551</b>	<b>22 305</b>	<b>B.2</b>	<b>Excedente operacional bruto</b>	<b>22 305</b>	<b>25 551</b>	<b>22 237</b>	<b>70 093</b>	2.2. Distribuição secundária da renda	
2.1.2. Alocação da renda primária	431 163	366 256	54 111	10 796	D.4	Rendas de propriedade	8 932	7 977	220 581	237 490	2.2. Distribuição secundária da renda
	431 163	366 256	54 111	10 796	D.41	Juros	6 917	4 593	148 390	159 900	
					D.42	Dividendos e retiradas	33	2 074	17 118	19 225	
					D.45	Renda de recursos naturais	1 982	1 310	55 073	58 365	
				D.2	Impostos sobre a produção e a importação	68 010	381 956	391 272	841 238		
				D.21	Impostos sobre produto	57 917	365 246	366 308	789 471		
				D.22	Outros impostos sobre a produção	10 093	16 710	24 964	51 767		
16 962	16 308	404	249	D.3	Subsídios sobre a produção e a importação						
<b>700 696</b>	<b>251 527</b>	<b>360 968</b>	<b>88 201</b>	<b>B.5</b>	<b>Saldo das rendas primárias brutas</b>	<b>88 201</b>	<b>360 968</b>	<b>251 527</b>	<b>700 696</b>	2.3. Uso da renda	
2.2. Distribuição secundária da renda	34	34			D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	33 731	55 295	326 586	415 611	2.3. Uso da renda
					D.61	Contribuições sociais	26 445	54 392	394 741	475 578	
					D.611	Contribuições sociais efetivas dos empregadores	19 155	31 629	252 592	303 376	
					D.612	Contribuições sociais imputadas dos empregadores			62 395	62 395	
682 512	556 334	101 818	24 360	D.613	Contribuições sociais efetivas das famílias/empregados	7 290	22 763	79 754	109 807		
402 748	402 748			D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie						
214 304	91 797	99 832	22 675	D.621	Benefícios de seguridade social em numerário						
65 460	61 789	1 986	1 685	D.622	Outros benefícios de seguro social						
413 685	264 624	127 415	21 646	D.623	Benefícios de assistência social em numerário						
366 779	255 755	110 724	300	D.7	Outras transferências correntes	266 724	136 755	42 317	445 796		
46 906	8 869	16 691	21 346	D.73	Transferências correntes entre administrações públicas	255 042	111 628	109	366 779		
				D.75	Transferências correntes diversas	11 682	25 127	42 208	79 017		
<b>941 451</b>	<b>194 178</b>	<b>378 178</b>	<b>369 095</b>	<b>B.6</b>	<b>Renda disponível bruta</b>	<b>369 095</b>	<b>378 178</b>	<b>194 178</b>	<b>941 451</b>		
980 156	272 117	355 000	353 040	P.3	Despesa de consumo final						
<b>(-) 38 706</b>	<b>(-) 77 939</b>	<b>23 177</b>	<b>16 056</b>	<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>						
<b>Contas de acumulação (1 000 000 R\$)</b>						<b>Contas de acumulação (1 000 000 R\$)</b>					
<b>Variações de ativos</b>						<b>Variações de ativos</b>					
3.1. Capital	37 516	32 074	5 062	380	<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>	<b>16 056</b>	<b>23 177</b>	<b>(-) 77 939</b>	<b>(-) 38 706</b>	3.1. Capital
	6	6			D.9	Transferências de capital	9 298	12 894	112	22 304	
	37 510	32 069	5 062	380	D.91	Impostos sobre capital	167	4 113	18	4 298	
	115 098	34 063	49 084	31 951	D.99	Outras transferências de capital	9 131	8 781	94	18 006	
171	171			P.51	Formação bruta de capital fixo						
<b>(-) 165 902</b>	<b>(-) 140 850</b>	<b>(-) 18 075</b>	<b>(-) 6 977</b>	NP	Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produtos			3 286	3 286		
				<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento</b>	<b>(-) 6 977</b>	<b>(-) 18 075</b>	<b>(-) 140 850</b>	<b>(-) 165 902</b>		

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

---

## Referências

BALANCE of payments and international investment position manual. Washington, D.C.: Internacional Monetary Fund - IMF, 2009. 351 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

GOVERNMENT finance statistics manual 2014. Washington, D.C.: Internacional Monetary Fund - IMF, 2014. 446 p. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/>>. Acesso em: set. 2015.

A MANUAL on government finance statistics (GFSM 1986). Washington, D.C.: Internacional Monetary Fund - IMF, [1986]. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/1986/eng/>>. Acesso em: set. 2015.

MONETARY and financial statistics manual. Washington, D.C.: Internacional Monetary Fund - IMF, 2000. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/mfs/manual/index.htm>>. Acesso em: set. 2015.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (Brasil). *Contabilidade pública: implantação do [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público] PCASP*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade>>. Acesso em: set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Execução orçamentária dos estados [1995-2013]*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: set. 2015.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 80 p. (Contas Nacionais, n. 44). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93038.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil, referência 2010. Nota metodológica n. 4: setores institucionais (versão para informação e comentários): versão 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default\\_SCN\\_2010.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default_SCN_2010.shtm)>. Acesso em: set. 2015.

\_\_\_\_\_. Nota metodológica n. 16: setores institucionais (versão para informação e comentários): versão 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default\\_SCN\\_2010.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default_SCN_2010.shtm)>. Acesso em: set. 2015.

SYSTEM of national accounts 2008. New York: United Nations, 2008. 718 p. Preparado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU, Comissão Européia - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>>. Acesso em: set. 2015.

---

## Anexos

**1 - Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)**

**2 - Correspondência entre as categorias de despesa do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)**

**3 - Comparativo entre Resultados do Tesouro Nacional e Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas**

**Anexo 1 - Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)**

(continua)

Códigos		Categorias de receita estatísticas de finanças públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
<b>1</b>		<b>Receita</b>
<b>11</b>		<b>Impostos</b>
<b>111</b>	<b>142</b>	<b>Impostos sobre renda, lucros, e ganhos de capital</b>
1111	> D51	Pagos por pessoas físicas
1112	> D51	Pagos por corporações e outras empresas
1113	> D51	Outros
<b>112</b>	<b>&gt; D29</b>	<b>Impostos sobre a folha de pagamento e a força de trabalho</b>
<b>113</b>		<b>Impostos sobre a propriedade</b>
1131		Impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária
1131.1	> D29	Pagos por produtores
1131.2	> D59	Pagos por consumidores
1132		Impostos incidentes sobre o patrimônio líquido
1132.1	> D29	Pagos por produtores
1132.2	> D59	Pagos por consumidores
1133	> D91	Impostos sobre espólios, herança e doações
1135	> D91	Impostos incidentes sobre o capital
1136		Outros impostos incidentes sobre a propriedade
1136.1	> D29	Pagos por produtores
1136.2	> D59	Pagos por consumidores
<b>114</b>		<b>Impostos sobre bens e serviços</b>
1141		Impostos gerais sobre bens e serviços
11411	> D29	Impostos sobre o valor agregado
11412		Impostos sobre vendas
11412.1	> D2122	Sobre bens e serviços importados
11412.2	> D214	Sobre bens e serviços produzidos internamente
11413		Impostos sobre o volume de vendas e outros impostos gerais
11413.1	> D214	Impostos sobre o volume de vendas
11413.2	> D59	Impostos sobre gastos
11414	> D214	Impostos sobre transações financeiras e de capital
1142		Impostos sobre consumo
1142.1	> D2122	Sobre bens e serviços importados
1142.2	> D214	Sobre bens e serviços produzidos internamente
1143	> D214	Lucros sobre monopólios fiscais
1144		Impostos sobre serviços específicos
1144.1	> D2122	Sobre bens e serviços importados
1144.2	> D214	Sobre bens e serviços produzidos internamente
1145		Impostos sobre o uso ou a permissão de uso de bens ou realização de atividades
11451		Impostos sobre veículos automotores
11451.1	> D29	Pagos por produtores
11451.2	> D59	Pagos por consumidores
11452		Outros
11452.1	> D29	Pagos por produtores
11452.2	> D59	Pagos por consumidores
1146		Outros impostos sobre bens e serviços
1146.1	> D214	Sobre produtos não especificados anteriormente
1146.2	> D29	Sobre produção não especificados anteriormente
1146.3	> D59	Pagos por consumidores
<b>115</b>		<b>Impostos sobre o comércio e transações internacionais</b>
1151		Impostos alfandegários e outras tarifas de importação
1151.1	D2121	Tarifas de importação
1151.2	> D2122	Impostos sobre importações, exceto impostos sobre o valor agregado e tarifas de importação
1152	> D213	Impostos sobre exportações
1153		Lucros de monopólios de exportação e importação
1153.1	> D2121	Lucros de monopólios de importação
1153.2	> D213	Lucros de monopólios de exportação
1154		Lucros cambiais

**Anexo 1 - Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)**

(continuação)

Códigos		Categorias de receita estatísticas de finanças públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
1154.1	> D2122	Lucros cambiais como impostos sobre importações, exceto impostos sobre o valor agregado e tarifas de importação
1154.2	> D213	Lucros cambiais como impostos sobre exportações
1154.3	> D214	Lucros cambiais como impostos sobre produtos, exceto impostos sobre o valor agregado, impostos sobre importações e exportações
1155		Impostos cambiais
1155.1	> D2122	Impostos cambiais como impostos sobre importações, exceto impostos sobre o valor agregado e tarifas de importação
1155.2	> D213	Impostos cambiais como impostos sobre exportações
1155.3	> D214	Impostos cambiais como impostos sobre produtos, exceto impostos sobre o valor agregado, impostos sobre importações e exportações
1156		Outros impostos sobre o comércio e transações internacionais
1156.1	> D29	Pagos por produtores
1156.2	> D59	Pagos por consumidores
<b>116</b>		<b>Outros impostos</b>
1161		Pagos somente por empresas
1161.1	> D214	Impostos de selo
1161.2	> D29	Outros impostos sobre produção
1162	> D59	Pagos por outros, exceto empresas, ou não identificáveis
12		<b>Contribuições sociais</b>
121		<b>Contribuições a seguridade social</b>
1211		Contribuições de empregados
1211.1	> D613	Das quais: taxa de serviço de esquema de seguro (-)
1211.2	~ D6131	Contribuições pensionárias efetivas
1211.3	~ D6132	Contribuições não pensionárias efetivas
1212		Contribuições de empregadores
1212.1	~ D611	Contribuições sociais efetivas
1212.11	~ D6111	Contribuições pensionárias efetivas
1212.12	~ D6112	Contribuições não pensionárias efetivas
1212.2	~ D612	Contribuições sociais imputadas
1212.21	~ D6121	Contribuições pensionárias imputadas
1212.22	~ D6122	Contribuições não pensionárias imputadas
1213	> D613	Contribuições de trabalhadores autônomos ou desempregados
1214	> D613	Contribuições não classificadas anteriormente
122		<b>Outras contribuições sociais</b>
1221	~ D6132	Contribuições de empregados
1222	~ D6112	Contribuições de empregadores
1223	~ D6122	Contribuições imputadas
13		<b>Transferências</b>
131		<b>De governos estrangeiros</b>
1311	> D74	Correntes
1312		Capital
1312.1	> D92	Transferências para investimento
1312.2	> D99	Outras transferências de capital
132		<b>De organizações internacionais</b>
1321	> D74	Correntes
1322		Capital
1322.1	> D92	Transferências para investimento
1322.2	> D99	Outras transferências de capital
133		<b>De outras unidades de governo geral</b>
1331	> D73	Correntes
1332		Capital
1332.1	> D92	Transferências para investimento
1332.2	> D99	Outras transferências de capital
14		<b>Outras receitas</b>
141		<b>Receitas patrimoniais</b>
1411	~ D41	Juros

**Anexo 1 - Correspondência entre as categorias de receita do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)**

(conclusão)

Códigos		Categorias de receita estatísticas de finanças públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
1412	~ D421	Dividendos
1413	~ D422	Retiradas de renda de quase corporações
1414		Receitas patrimoniais atribuída a titularesde apólice de seguros
1414.1	~ D441	Detentores de apólices de seguro
1414.2	~ D443	Fundos de investimento coletivos
1415	D45	Concessão de ativos não produzidos
1416	D43	Lucros reinvestidos de investimento estrangeiro direto
<b>142</b>		<b>Vendas de bens e serviços</b>
142.1	> P11	Das quais: vendidos a preços de mercado
1421		Vendas por estabelecimentos de mercado
1422		Taxas administrativas
1423		Vendas eventuais por estabelecimentos não mercantis
1424		Vendas imputadas de bens e serviços
<b>143</b>	> D759	<b>Multas, sanções pecuniárias e perdas</b>
<b>144</b>		<b>Outras transferências</b>
1441		Correntes.
14411		Subsídios
14411.1	> D31	Subsídios sobre produtos
14411.2	> D39	Subsídios sobre produção
14412	> D759	Outras transferências correntes não especificadas anteriormente
1442	> D99	Capital
<b>145</b>		<b>Prêmios, taxas e direitos relacionados a seguros não vida e esquemas padronizados de garantia</b>
1451		Prêmios, taxas e direitos correntes
14511	> D71	Prêmios
14512	> D71	Taxas para esquemas padronizados de garantia
14513	> D72	Direitos correntes
1452	> D99	Direitos de capital

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Onde

= Item nas EFP é o mesmo que o Item no SCN;

&gt; Item nas EFP é um componente do item relevante no SCN;

~ Item nas EFP é conceitualmente o mesmo mas difere na prática por conta do tratamento de transações específicas.

**Anexo 2 - Correspondência entre as categorias de despesa do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)**

(continua)

Códigos		Categorias de despesas estatísticas de finanças públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
<b>2</b>		<b>Despesa</b>
<b>21</b>		<b>Remuneração de empregados</b>
<b>211</b>	<b>~D11</b>	<b>Salários e vencimentos</b>
2111	~D111	Em dinheiro
2112	~D112	Em espécie
<b>212</b>	<b>~D12</b>	<b>Contribuições sociais</b>
2121	~D121	Contribuições sociais efetivas
2121.1	~D1211	Contribuições pensionárias efetivas
2121.2	~D1212	Contribuições não pensionárias efetivas
2122	~D122	Contribuições sociais imputadas
2122.1	~D1221	Contribuições pensionárias imputadas
2122.2	~D1222	Contribuições não pensionárias imputadas
<b>22</b>	<b>~P2</b>	<b>Uso de bens e serviços</b>
<b>23</b>	<b>~P51c</b>	<b>Consumo de capital fixo</b>
<b>24</b>		<b>Juros</b>
241	~D412	A não residentes
242	~D412	A residentes, exceto governogeral
243	~D411	A outras unidades de governo geral
<b>25</b>		<b>Subsídios</b>
251	D31	Subsídios sobre produtos
2511	D311	Subsídios sobre importações
2512	D312	Subsídios sobre exportações
2513	D319	Outros subsídios sobre produtos
252	D39	Subsídios sobre produção
<b>26</b>		<b>Transferências</b>
261		A governos estrangeiros
2611	> D74	Correntes
2612		Capital
2612.1	> D92	Transferências para investimento
2612.2	> D99	Outras transferências de capital
262		A organizações internacionais
2621	> D74	Correntes
2622		Capital
2622.1	> D92	Transferências para investimento
2622.2	> D99	Outras transferências de capital
263		A outras unidades de governo geral
2631	> D73	Correntes
2632		Capital
2632.1	> D92	Transferências para investimento
2632.2	> D99	Outras transferências de capital
<b>27</b>		<b>Benefícios sociais</b>
<b>271</b>		<b>Benefícios de seguridade social</b>
2711	~D623	Em dinheiro
2712	~D632	Em espécie
<b>272</b>		<b>Benefícios de assistência social</b>
2721	~D621	Em dinheiro
2722	~D632	Em espécie
<b>273</b>		<b>Benefícios sociais do empregador</b>
2731	~D622	Em dinheiro
2732	~D632	Em espécie
<b>28</b>		<b>Outras despesas</b>
<b>281</b>		<b>Despesas patrimoniais, exceto juros</b>
2811		Dividendos
2811.1	~D421	Dividendos exceto lucros reinvestidos

**Anexo 2 - Correspondência entre as categorias de despesa do *Government finance statistics manual* de 2014 (Estatísticas de Finanças Públicas) e *System of national accounts* de 2008 (Sistema de Contas Nacionais)**

(conclusão)

Códigos		Categorias de despesas estatísticas de finanças públicas
Estatísticas de Finanças Públicas (EFP)	Sistema de Contas Nacionais (SCN)	
2811.2	~D43	Lucros reinvestidos
2812	~D422	Retiradas de renda de quase-corporações
2813		Despesas patrimoniais decorrentes de rendas de investimentos
2813.1	~D441	Detentores de apólices de seguro
2813.2	~D442	Direitos de pensão
2813.3	~D443	Fundos de investimento coletivos
2814	D45	Aluguel de ativo não produzido
2815	> D43	Lucros reinvestidos de investimento estrangeiro direto
<b>282</b>		<b>Outras despesas diversas</b>
2821		Correntes
2821.1	> D29	Outros impostos sobre produção
2821.2	> D75	Transferências correntes variadas
2821.3	> D751	Transferências correntes a instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias
2821.4	> D759	Outras transferências correntes variadas
2822		Capital
2822.1	> D91	Impostos sobre capital
2822.2	> D99	Outras transferências de capital
<b>283</b>		<b>Prêmios, taxas e direitos relativos a seguros e esquemas padronizados de garantia</b>
2831		Prêmios, taxas e direitos correntes
2831.1	> D71	Prêmios
2831.2	> D71	Taxas
2831.3	> D72	Direitos correntes
2832	> D99	Direitos de capital

Fontes: 1. IBGE. 2. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Onde

= Item nas EFP é o mesmo que o Item no SCN;

&gt; Item nas EFP é um componente do item relevante no SCN;

~ Item nas EFP é conceitualmente o mesmo mas difere na prática por conta do tratamento de transações específicas.

## **Anexo 3 - Comparativo entre Resultados do Tesouro Nacional e Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas**

O Resultado do Tesouro Nacional, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no *Manual on government finance statistics* - GFSM 1986, que foi lançado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), em 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. Em 2001, buscando aperfeiçoar a metodologia, o FMI publicou um novo manual, intitulado *Government finance statistics manual 2001* - GFSM 2001 e sua nova revisão foi publicada em 2014 (GFSM 2014), sendo a referência na qual se baseiam os atuais Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas.

Uma vez que se baseiam em edições diferentes do Manual, existem diferenças conceituais entre o Resultado do Tesouro Nacional e os Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas. As principais diferenças são detalhadas a seguir.

### **Regime de registro de eventos econômicos**

Nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, os fluxos são registrados conforme o regime de competência, ou seja, no momento em que o valor econômico é criado, transformado, trocado, transferido ou extinto. No Resultado do Tesouro Nacional, as transações são apuradas pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única, mediante saque de Ordem Bancária (OB). Para apuração das despesas segundo o critério mencionado, foi desenvolvida transação específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, denominada DW Pagamento Efetivo, com o objetivo de classificar os valores desembolsados a débito da conta, de forma a apurar a despesa efetivamente paga, refletindo a ótica do pagamento efetivo, o que equivale ao valor do saque efetuado na Conta Única.

O regime de competência permite que outros eventos sejam registrados para além daqueles que envolvem transações monetárias. Assim, nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas são registrados todos os eventos econômicos que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Alguns exemplos de eventos que são neles registrados e que não o são no Resultado do Tesouro Nacional referem-se às doações de bens e serviços, compras a prazo, consumo de capital fixo, perda de ativos por catástrofes naturais, etc.

Importante destacar que o GFSM 2014 também estabelece um demonstrativo de fluxo de caixa, o qual permite visualizar as restrições de financiamento do governo da mesma forma que o Resultado do Tesouro Nacional.

### **Abrangência**

O critério de abrangência usado nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas é definido em termos de unidades institucionais, que são entidades econômicas capazes de possuir ativos, assumir passivos, e envolver-se em atividades e transações econômicas com outras entidades. Assim, são contabilizadas todas as atividades de todas as unidades controladas pelo governo. Já o critério adotado pelo

Resultado do Tesouro Nacional é definido em bases funcionais, ou seja, incorporando somente as unidades que desempenham uma função governamental, registrando apenas as atividades diretamente relacionadas às funções. Assim, atividades em que o governo atua como um participante do mercado não são computadas.

De outra forma, o critério de residência definido nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas não é baseado na nacionalidade ou no critério jurídico, e sim no território econômico, ou seja, uma unidade institucional é residente em um país se tem um centro de interesse econômico no território daquele país. Dessa forma, diferentemente do Resultado do Tesouro Nacional, quando se consolida a estatística fiscal de um governo que tem unidades no exterior (por exemplo, embaixadas, bases militares, estações científicas, agências assistenciais) ou de uma corporação que tem subsidiárias no exterior, as estatísticas de tais unidades e subsidiárias devem ser consideradas, uma vez que estão incluídas no conceito de residência dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas.

### **Arcabouço analítico**

O núcleo do modelo analítico do GFSM 2014 é um conjunto de quatro demonstrativos financeiros. Três deles podem ser combinados para demonstrar que todas as mudanças nos estoques resultam de fluxos. Esses são: (1) o Demonstrativo de Operações do Governo; (2) o Demonstrativo de Outros Fluxos Econômicos; e (3) o Balanço Patrimonial. Além disso, o modelo inclui um Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa para fornecer informações essenciais sobre liquidez.

Já no Resultado do Tesouro Nacional, por adotar o regime de caixa, não é possível explicar a variação dos estoques por meio dos fluxos, uma vez que nele não são consideradas as variações que não resultam de transações monetárias.

### **Definições e classificações**

Alguns conceitos importantes são definidos de forma diferente, como é o caso da receita e da despesa.

Nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, receita (despesa) é definida como um aumento (diminuição) no patrimônio líquido resultante de uma transação. Assim, são consideradas nesses conceitos as doações, mas não são consideradas as compras e alienações de ativos não financeiros. No Resultado do Tesouro Nacional, receita (gasto) é definida como o conjunto de todos os recebimentos (pagamentos) não repagáveis e que não sejam doações. Nesse conceito, incluem-se as compras e alienações de ativos não financeiros.

As classificações das receitas são também substancialmente diferentes. No Resultado do Tesouro Nacional as receitas são classificadas em tributárias, não tributárias, ou de capital, e as transferências são recebimentos classificados em uma categoria à parte das receitas. Já nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, a receita é subdividida em impostos, contribuições sociais, transferências, e outras receitas.

Por não serem contabilizados como receita nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas, foi criada uma classificação própria para os investimentos líquidos em ativos não financeiros, fazendo um paralelo com a classificação trazida pelo Sistema de Contas Nacionais - SCN (System of National Accounts - SNA) 2008, que é baseada no tipo de ativo envolvido na transação e inclui a conta consumo de capital fixo.

## **Indicadores**

No Resultado do Tesouro Nacional, o arcabouço analítico é focado em apenas um indicador, o superávit/déficit primário, apesar de permitir a formulação de outros indicadores. Nos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas foram introduzidos vários novos indicadores, como por exemplo o resultado operacional líquido, capacidade/necessidade líquida de financiamento, patrimônio líquido e sua variação, patrimônio líquido financeiro e sua variação, dentre outros.

## **Harmonização com outros sistemas estatísticos**

O GFSM 2014 foi harmonizado com outros sistemas internacionais de estatísticas macroeconômicas. Isso quer dizer que os conceitos básicos, as definições e as convenções são, tanto quanto possível, os mesmos que os utilizados no SNA 2008, na sexta edição do *Balance of payments and international investment position manual - BPM6*, publicado em 2009 e no *Monetary and financial statistics manual*, ambos publicados pelo FMI. Em contraste, o Resultado do Tesouro Nacional segue a versão do SNA 1968, mas o nível de harmonização é bem menor, devido ao uso do regime de caixa pelo Resultado do Tesouro Nacional.

---

## Glossário

**capacidade ou necessidade de financiamento no Sistema de Contas Nacionais** (*System of national accounts*) Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

**capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais** (*Government finance statistics manual*) Resultado operacional líquido, menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto, menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído também o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros, menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

**contribuições sociais imputadas dos empregadores** Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

**despesas de consumo final do governo** Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

**excedente operacional bruto** Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

**formação bruta de capital fixo** Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

**Government finance statistics manual** Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

**orçamento da seguridade social** Orçamento que abrange todas as entidades, fundos e fundações da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder público, vinculados à seguridade social. O orçamento da seguridade social integra a Lei Orçamentária Anual.

**orçamento fiscal** Orçamento dos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. O orçamento fiscal integra a Lei Orçamentária Anual.

**poupança bruta** Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

**regime de caixa** Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

**regime de competência** Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

**renda disponível bruta** Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

**restos a pagar** Despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

**resultado operacional líquido** Receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo. Capta todos os custos correntes das operações governamentais. O resultado operacional bruto corresponde a receita menos despesa distinta do consumo de capital fixo.

**resultado primário ou capacidade ou necessidade líquida de financiamento primária** Indicador de capacidade ou necessidade de financiamento menos as despesas de juros líquidas.

**setor institucional** Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

**System of national accounts** Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis, baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o Produto Interno Bruto - PIB.

**território econômico** Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

**valor adicionado bruto** Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto - PIB pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

---

# Equipe técnica

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

### **Diretoria de Pesquisas**

#### **Coordenação de Contas Nacionais**

Roberto Luís Olinto Ramos (até fevereiro de 2015)

Rebeca de La Rocque Palis

#### **Gerência de Setores Institucionais**

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

#### **Gerência de Administração Pública**

André Artur Pompéia Cavalcanti

Cláudia Coelho Reis

Douglas Moura Guanabara

Ernani Santiago Filho

Fernando José Benedito

Victor Hugo Martins Bello Honaiser

#### **Revisão do texto**

Valdilson Batista de Moraes

## **Ministério da Fazenda - MF**

### **Secretaria do Tesouro Nacional**

#### **Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais**

Otávio Ladeira de Medeiros

#### **Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

#### **Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais**

Alex Pereira Benício

**Equipe**

Eduardo Henrique Leitner  
Gabriel Gdalevici Junqueira  
Guilherme Ceccato  
Karla de Lima Rocha

**Projeto Editorial****Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

**Gerência de Editoração****Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura  
Katia Vaz Cavalcanti  
Marisa Sigolo

**Diagramação tabular e de gráficos**

Beth Fontoura

**Diagramação textual**

Marisa Sigolo

**Programação visual da publicação**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

**Produção de multimídia**

LGonzaga  
Márcia do Rosário Brauns  
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro  
Roberto Cavararo

**Gerência de Documentação****Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva  
Elizabeth de Carvalho Faria  
Edgard de Albuquerque Sant'anna (Estagiário)  
Lioara Mandoju  
Maria Socorro da Silva Araújo  
Nádia Bernuci dos Santos  
Solange de Oliveira Santos  
Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

**Padronização de glossários**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Elaboração de quartas capas**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Gerência de Gráfica****Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

**Gráfica Digital****Impressão**

Ednalva Maia do Monte

---

## Contas Nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Sistema de contas nacionais: Brasil, 2ª edição. (Série relatórios metodológicos, v. 24).

Produto Interno Bruto dos Municípios, 2ª edição (Série relatórios metodológicos, v.29).

Contas Regionais do Brasil (Série relatórios metodológicos, v.37).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2 v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Setor e emprego informal no Brasil: análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais. (Texto para discussão, n. 31).

Codificar para contar (Texto para discussão, n. 53).

O sistema de contas nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil (Textos para discussão, n. 51).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol. Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2011. (Contas nacionais, n. 44).

Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).

Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).

Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).

Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).

Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).

Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).

Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).

Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).

Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).

Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).

Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).

Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).

Contas Regionais do Brasil 2005 - 2009 (Contas Nacionais n. 35)  
Contas Regionais do Brasil 2010 (Contas Nacionais n. 38)  
Contas Regionais do Brasil 2011 (Contas Nacionais n. 40)  
Contas Regionais do Brasil 2012 (Contas Nacionais n. 42)  
Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).  
Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).  
Produto interno bruto dos municípios 2004. (Contas nacionais, n. 18).  
Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).  
Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).  
Produto interno bruto dos municípios 2003-2007. (Contas nacionais, n. 30).  
Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).  
Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).  
Produto interno bruto dos municípios 2010. (Contas nacionais, n. 39).  
Produto interno bruto dos municípios 2011. (Contas nacionais, n. 41).  
Produto interno bruto dos municípios 2012. (Contas nacionais, n. 43).  
Conta-satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).  
Conta-satélite de saúde: Brasil 2007 - 2009. (Contas nacionais, n. 37).  
Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2010-2013. (Contas nacionais, n. 45).